

	<p><b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa</p>	
<p><b>Despacho</b></p>	<p>NP: wqc5tsj5 <b>SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS</b> 20/04/2022 Projeto de resolução nº 204/2022 Protocolo nº 4680/2022 Processo nº 813/2022</p>	
<p><b>Autor:</b> Dep. Wilson Santos</p>		

**Concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Senhor Osvaldo Roberto Sobrinho.**

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, com base no que dispõe o Art. 26, inciso XXVIII, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Senhor Osvaldo Roberto Sobrinho.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

Osvaldo Roberto Sobrinho nasceu em Pirapozinho/SP no dia 8 de janeiro de 1949, é filho de José Roberto Neto e de Maria Jorge Neto.

Mudou-se para Mato Grosso, cursou o bacharelado em economia pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) entre 1970 e 1974. Durante esse período, foi professor da Escola Técnica Federal do Mato Grosso e, em 1973, professor-assistente da UFMT. No ano de 1974, terminou a licenciatura plena na Universidade de Brasília (UnB) e deixou o cargo de professor-assistente.

Ainda em 1974, tornou-se delegado do Ministério da Educação e Cultura (MEC) em Cuiabá, cargo que ocupou até 1978, indicado pelo senador Louremberg Nunes Rocha. No mesmo ano, tornou-se economista do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) de Mato Grosso.

Em novembro de 1974, elegeu-se deputado estadual, assumindo a cadeira no começo de 1975 e vindo a integrar a Comissão de Economia e Finanças.

Com a extinção do bipartidarismo em novembro de 1979 e a conseqüente reorganização partidária, ingressou, em 1980, no Partido Popular (PP), agremiação liderada nacionalmente pelo político mineiro Tancredo Neves.

Líder do PP na Assembleia Legislativa, em 1981, com a incorporação do PP ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), filiou-se a esta agremiação. Reeleito deputado estadual pelo PMDB em



novembro de 1982, assumiu o mandato no ano seguinte, logo se tornando primeiro-secretário da mesa, cargo que exerceu até 1985.

Enquanto exerceu mandato de deputado estadual, foi autor dos projetos que emanciparam os municípios mato-grossenses de Sinop, Alta Floresta, Colíder e Juara, no norte do estado.

Nas eleições de novembro de 1986, foi o deputado federal constituinte mais votado do estado, tendo alcançado 40.685 votos. Eleito pelo PMDB, assumiu o mandato em 1º de fevereiro de 1987, quando se iniciaram os trabalhos constituintes.

Na Assembleia Nacional Constituinte, integrou como titular a Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, da qual foi segundo-vice-presidente e, como suplente, a Subcomissão do Sistema Financeiro, da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças.

Nas principais votações da Constituinte, pronunciou-se a favor do rompimento de relações diplomáticas com os países com política de discriminação racial, do mandato de segurança coletivo, do turno ininterrupto de seis horas, do aviso prévio proporcional, da unicidade sindical, do voto aos 16 anos, do presidencialismo, do limite de 12% ao ano para os juros reais, da proibição do comércio de sangue, da criação de um fundo de apoio à reforma agrária, da legalização do jogo do bicho, da anistia aos micro e pequenos empresários e do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Votou contra a pena de morte, a limitação do direito de propriedade privada, o aborto, a proteção ao emprego contra demissão sem justa causa, a remuneração 50% superior para o trabalho extra, a jornada semanal de 40 horas, a limitação dos encargos da dívida externa e a desapropriação da propriedade produtiva.

Um dos membros do Centrão – grupo suprapartidário de orientação conservadora organizado na Constituinte, filiou-se, ao final dos trabalhos constituintes, ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Com a promulgação da Constituição em 5 de outubro de 1988, voltou a participar dos trabalhos legislativos ordinários da Câmara.

Em outubro de 1990, elegeu-se vice-governador do Mato Grosso na chapa que tinha como candidato a governador Jayme Campos.

Em outubro de 1998, disputou novamente uma vaga para a Câmara dos Deputados, tendo obtido a primeira suplência. Com a licença do titular Wellington Fagundes, em fevereiro de 1999, para assumir a Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento Estratégico, Osvaldo Sobrinho assumiu sua vaga. Permaneceu na Câmara durante 17 meses, em rodízios até o fim dessa legislatura, em janeiro de 2003.

No pleito de outubro de 2006, concorreu como segundo suplente de Jayme Campos em sua candidatura ao Senado Federal por Mato Grosso. Campos foi eleito, iniciando o mandato em fevereiro de 2007.

Osvaldo tornou-se, em 2007, assessor especial do Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre (DNIT), em Brasília. Principal líder petebista mato-grossense, em 2008 onde permaneceu até aceitar participar do governo tucano em Cuiabá, em 2008.

Chegou a negar, nesse mesmo ano, o convite feito pelo prefeito cuiabano em exercício, Wilson dos Santos para que assumisse a secretaria de Administração da capital pelo receio de trazer desgastes à gestão, contudo, acabou aceitando o cargo na administração municipal da capital, no qual permaneceu até ser convocado pelo Senado, em função da segunda-suplência conquistada nas eleições de outubro de 2006.

Em setembro de 2009, Osvaldo Sobrinho assumiu uma cadeira no Senado por quatro meses porque o



primeiro-suplente, Luiz Antônio Pagot – seu diretor-geral no DNIT, para não abrir mão do cargo acabou desistindo de ser empossado no lugar de Jayme Campos, que, por sua vez, entrara de licença por motivos particulares, para tratamento de saúde, por um período estatutário de 130 dias.

Pequeno agricultor e professor primário antes de entrar para a vida pública, Osvaldo Sobrinho chegou a advogar profissionalmente e se tornou agropecuarista, também militando no sindicalismo patronal rural ao dirigir o Sindicato Rural de Acorizal/MT, município onde se localiza uma de suas fazendas.

Além de bacharelado em economia, também se graduou em direito e lecionou direito constitucional, construindo um império de comunicação em Mato Grosso como dono de uma das principais redes de emissoras de rádio do estado.

Casou-se com Dilza Ribeiro Roberto, com quem teve quatro filhos: Niuara, Andiara, Uiara e Niuan.

Diante de tamanha notoriedade, idoneidade e reputação ilibada acima narrada, solicito aos meus nobres pares a aprovação deste projeto de resolução.

Edifício Dante Martins de Oliveira  
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 20 de Abril de 2022

**Wilson Santos**  
Deputado Estadual